

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52146 - RR
(2016/0256524-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORES : LUCIANA CRISTINA BRIGLIA FERREIRA E OUTRO(S) -
DF014573
VANESSA ALVES FREITAS - RR000226B
AGRAVADO : RURAL FÉRTIL AGRONEGOCIOS LTDA
ADVOGADO : DANILO DIAS FURTADO E OUTRO(S) - RR000428A
INTERES. : AFRANIO MARCO VEBBER
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRÁRIA À DECISÃO DO DESEMBARGADOR RELATOR QUE DETERMINA A CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. RECURSO TIRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. MANIFESTA ILEGALIDADE. RECONHECIMENTO. URGÊNCIA DO PROVIMENTO JURISDICIONAL PERSEGUIDO ANTE O POTENCIAL PERECIMENTO DE SUPOSTO DIREITO ALEGADO PELA PARTE RECORRENTE. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO PARA CONCEDER A ORDEM IMPETRADA, DETERMINANDO-SE QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM CONHEÇA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, TAL COMO INTERPOSTO, COMO ENTENDER DE DIREITO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico quanto ao cabimento de mandado de segurança contra a decisão do relator que converte o agravo de instrumento em retido, notadamente porque a legislação processual vigente à época dos fatos é expressa em assentar que tal *decisum* não comporta recurso, nos termos do parágrafo único do art. 527 do Código de Processo Civil de 1973.

2. Verificado, pois, o cabimento do *mandamus*, é de se reconhecer a manifesta ilegalidade da decisão que determina a conversão do agravo de instrumento em retido na hipótese de este recurso se voltar contra decisões liminares ou antecipatórias de tutela, na medida em que guardam, em si, urgência do provimento jurisdicional perseguido ante o potencial perecimento de suposto direito alegado pela parte recorrente. Não há, pois, nenhuma razoabilidade de se postergar a análise de um direito que se reputa urgente, ainda que em grau recursal, por ocasião do julgamento do recurso de apelação. Precedentes.

3. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator